

tem a consolidação das contas? O Banco Central não sabe quantas cadernetas de poupança tem V. Ex<sup>a</sup> ou eu próprio, nem onde estão os nossos recursos. Nós, no Brasil, criamos o número único do CPF simplesmente para inglês ver. Porque o Governo não dispõe dos cruzamentos necessários para que, a partir do mesmo CPF, saber qual é a disponibilidade de cada cidadão. Por isso foi feito um teto muito baixo de 50 mil cruzeiros. Hoje — e eu só vou propor isso — nós temos condições de criar uma conta única em cruzados novos, de tal maneira que a liberação do conjunto dessas contas possa ser aliviada e que, no prazo de 4 a 5 meses, ao invés de 50 mil cruzados novos, possa-se chegar ao limite das 10 mil BTN que sempre foram a garantia tradicional da caderneta de poupança. Se nós não tomarmos medidas desse tipo, que restabeleçam a confiança na poupança, o que vai ocorrer é que todas as pessoas mal recebam os seus recursos, seja de salário, seja da disponibilidade existente através das medidas de saque, ou vão ficar debaixo do colchão, ca, ou vão ser gastos no mercado, imediatamente. E isso provoca, isso agrava, agravará a questão da recessão. Há muito o que fazer no Plano para melhorá-lo. E cabe ao Congresso, nesse momento, melhorar o Plano, sem que nos preocupemos muito se o Presidente quer ou não quer. O que quer o Presidente está exposto nas medidas provisórias. Temos que fazer a nossa parte, desde que seja com o propósito construtivo de manter a linha essencial do plano, na austeridade, na questão relativa ao controle do déficit, na questão relativa ao controle de meios de pagamento, com muita austeridade, sem nenhuma demagogia que nos leve a abrir válvulas, mas, sim, com todo o sentido de justiça que o Congresso tem que ter. Acho, para terminar, Senador Albano Franco, que essa questão institucional é tão importante quanto a questão econômica. A econômica está bem encaminhada; a institucional, começo a temer de que esteja já mal encaminhada e que possamos regredir a um tempo em que o Congresso torne-se uma Casa para autenticar decisões já tomadas. E mais, se o Senhor Presidente da República enviar, como já aconteceu no Governo Sarney, uma série de medidas provisórias e governar através delas, acabou o bicameralismo e acabou a democracia. Não teremos tempo de mais nada a não ser fazer comissões para aprovar o que o Executivo já nos enviara. Neste caso, eu temeria que, na prática, Sua Excelência esvaziasse o Congresso. Tenho certeza de que não é esta a idéia do Senhor Presidente da República, mas tenho certeza de que se nós, Senadores e Deputados, não soubermos atuar com firmeza e tranquilidade, estaremos renunciando nossos poderes. Sabem V. ex<sup>as</sup> que tenho estima pessoal pelo Senhor Presidente da República; não tenho nenhum problema com Sua Excelência, com quem mantenho a maior cordialidade. Não creio que este seja um problema de Sua Excelência, é problema nosso. Não se trata de problema de política, mas de problema institucional. Cabe

a nós, agora, no Congresso, separar o joio do trigo, breçarmos as medidas que tendam a desnaturar o Plano, mas realizar as transformações que o País espera de nós, e V. Ex<sup>as</sup> nos vai ajudar muito nisso.

**O SR. ALBANO FRANCO** — Nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, o aparte do brilhante Professor veio honrar o nosso pronunciamento e quero, aproveitando esta oportunidade, dizer a V. Ex<sup>a</sup> e também ao Senador Ronan Tito, que mostrou essa preocupação, que não tenho dúvidas, tenho convicção e certeza de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, deseja o Congresso como seu parceiro. Quero dizer também a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Fernando Henrique Cardoso, que o Plano, como é tecnicamente muito bem elaborado, eu acho que não é modificar, é ajustar. Ajustando este Plano, teremos as correções devidas, inclusive as correções que vão surgindo de agora em diante, e não apenas as que surgiram até hoje. Tenho certeza, porque conheço a predisposição do Presidente Fernando Collor de Mello e da Ministra Zélia Cardoso de Mello, inclusive no que tange à política Salarial, porque a questão do piso já foi resguardada. É claro que entendo os outros complementos necessários e isto a própria política econômica vai fazer, pois não teremos, realmente, a tranquilidade social neste País sem uma política de emprego e uma política salarial justa e adequada, inclusive para o fortalecimento do nosso próprio mercado interno. Tudo isto quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que está sendo examinado com seriedade, e tenho a certeza de que o Congresso Nacional será o grande parceiro desse Plano, colaborando e contribuindo para a aprovação do Plano e, também, sugerindo as modificações.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Mário Maia** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Nobre Senador Albano Franco, V. Ex<sup>a</sup> já ultrapassou em 30 minutos o seu tempo. Peço que V. Ex<sup>a</sup> não conceda mais apartes, porque temos que votar imediatamente o primeiro Projeto da Ordem do Dia, e é com pesar que faço este apelo a V. Ex<sup>a</sup> já que numerosos Srs. Senadores trariam a sua contribuição ao seu discurso. Mas, temos que votar, hoje, os itens constantes da Ordem do Dia que está aí, e o primeiro projeto é exatamente o das ineligibilidades.

**O SR. ALBANO FRANCO** — Sr. Presidente, é com tristeza que eu cumprirei as determinações de V. Ex<sup>a</sup>, porque eu teria o prazer de ouvir vários Srs. Senadores que já me haviam solicitado o aparte, como o Sr. Senador Jarbas Passarinho, como o Sr. Senador Meira Filho e o Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Eu permito, é um pouco anti-regimental, mas

atenderia a vários Srs. Senadores que querem participar do discurso de V. Ex<sup>a</sup> que, assim que seja votada a Ordem do Dia, que é rápida, V. Ex<sup>a</sup> continue o seu discurso e ouça os apartes que estão sendo solicitados. Assim, votaríamos a Ordem do Dia e, depois V. Ex<sup>a</sup> continuaria seu pronunciamento.

**O SR. ALBANO FRANCO** — Então, terminaria de ler o meu pronunciamento.

**O Sr. Cid Sabóia de Carvalho** — Sr. Presidente, se não fosse a cortina de silêncio que se faz sobre o Congresso Nacional, V. Ex<sup>a</sup> teria muita razão, mas tendo em vista o que se passa na Nação, neste momento, seria melhor que, ao invés da preocupação com a Ordem do Dia, V. Ex<sup>a</sup> tivesse uma preocupação maior com a voz do Senado e com a democracia que está ameaçada. Por isso é que eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — O Regimento votado por V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> é o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fixa um prazo para cada orador, para que todos possam falar. O nobre orador, a quem presto a minha constante homenagem, está na tribuna e ultrapassou 30 minutos do seu tempo.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Sr. Presidente, mas 20 minutos foram de apartes.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Sim, mas evidentemente que os apartes contam no discurso, mas se nós quisermos ficar discutindo aqui até o meio dia...

**O SR. ALBANO FRANCO** — Sr. Presidente, eu queria, ao menos, autorização para terminar de ler o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Nobre Senador, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> permitisse a votação da Ordem do Dia, que é rápida e não deve haver oradores, e depois, V. Ex<sup>a</sup> continuaria o seu discurso. O que é indispensável é aprovar a Ordem do Dia, hoje.

**O SR. ALBANO FRANCO** — Tendo em vista essa sugestão de V. Ex<sup>a</sup> eu terei que terminar a leitura do meu pronunciamento e após a Ordem do Dia, voltaremos aos apartes, se V. Ex<sup>a</sup> achar conveniente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Mas após terminar o seu pronunciamento não terá como conceder apartes.

**O SR. ALBANO FRANCO** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, vou concluir. Nada foi feito. Mas agora, o programa veio. Como uma lógica explícita. Dura, mas explícita. Sua prioridade máxima é debelar a inflação. Acabou a ciranda. Os que insistirem na especulação terão de pagar um elevadíssimo preço por isso. Instituído pelas medidas provisórias 160 e 162. Outro golpe mortal foi dado aos espertos e contraventores em geral, que doravante terão de obedecer a medida 165, colocando seu nome nos cheques e títulos que emitirem.